

# **ROTEIRO METODOLÓGICO PARA PLANOS DE MANEJO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO**





**ROTEIRO METODOLÓGICO PARA PLANOS DE MANEJO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO  
ESTADO DE SÃO PAULO**

**SUMÁRIO**

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>5</b>
<b>2. CONCEITOS.....</b>	<b>8</b>
<b>3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....</b>	<b>10</b>
<b>4. METODOLOGIA .....</b>	<b>12</b>
<b>4.1. ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DO PLANO DE MANEJO .....</b>	<b>16</b>
4.1.1. Etapa 1 – Organização e Planejamento .....	16
4.1.2. Etapa 2 – Caracterização e Oficina Participativa .....	17
4.1.3. Etapa 3 – Planejamento Integrado .....	17
4.1.4. Etapa 4 – Análise e aprovação .....	31
<b>4.2. IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE MANEJO .....</b>	<b>32</b>
4.2.1. Detalhamento e Execução dos Programas .....	32
4.2.2. Monitoramento do Plano de Manejo .....	33
<b>4.3. AJUSTES E REVISÕES DO PLANO DE MANEJO.....</b>	<b>34</b>
4.3.1. Ajustes .....	34
4.3.2. Revisão.....	35
<b>ANEXO 1 – INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO.....</b>	<b>40</b>
<b>ANEXO 2 - CONTEÚDO BASE DA CARACTERIZAÇÃO.....</b>	<b>45</b>
<b>ANEXO 3 – DEFINIÇÕES, OBJETIVOS E NORMAS DAS ZONAS E ÁREAS .....</b>	<b>49</b>
<b>ANEXO 4 – MODELO DE QUADRO DE PROGRAMAS .....</b>	<b>56</b>
<b>ANEXO 5 - RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DO PLANO .....</b>	<b>57</b>



## APRESENTAÇÃO

A gestão das Unidades de Conservação – UC, tem como desafio associar as estratégias voltadas à preservação e à conservação da biodiversidade com o estabelecimento de diretrizes e ações de promoção do desenvolvimento sustentável, considerando as especificidades ambientais e socioeconômicas dos respectivos territórios. O Plano de Manejo é instrumento fundamental para essa gestão, ao estabelecer normas para o uso da área e o manejo dos recursos naturais, respeitando-se os objetivos gerais da UC.

Visando uniformizar conceitos, metodologias e diretrizes para a elaboração de planos de manejo das Unidades de Conservação do Estado de São Paulo, o Sistema Ambiental Paulista dedicou-se à elaboração de um ROTEIRO METODOLÓGICO PARA PLANOS DE MANEJO.

A iniciativa reflete uma tendência mundial e nacional de revisão dos procedimentos para elaboração dos planos de manejo, com vistas à construção de um instrumento mais objetivo, dinâmico e aplicado à efetiva gestão das UCs paulistas.

O objetivo é definir critérios mínimos para a caracterização do território, ressaltando os aspectos bióticos, físicos, socioeconômicos e jurídico-institucionais, bem como estabelecer referências para a elaboração do zoneamento e dos programas de gestão e para o monitoramento, subsidiando o desenvolvimento de diretrizes e ações que fortaleçam o planejamento participativo e compartilhado entre o Poder Público e sociedade civil.

Pretende a administração do governo estadual, desta forma, definir um instrumento que oriente o planejamento de ações para a preservação, conservação, recuperação, uso e manejo dos recursos naturais das Unidades de Conservação paulistas e a promoção do desenvolvimento sustentável de seus territórios, visando garantir a conservação de suas belezas e riquezas naturais e a proteção e preservação da biodiversidade, contribuindo para a qualidade de vida de toda a população.

## 1. INTRODUÇÃO

Na busca de um ambiente ecologicamente equilibrado, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 incumbiu ao Poder Público a definição de espaços territoriais a serem especialmente protegidos, sendo vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justificaram sua proteção.

A disposição constitucional veio a ser regulamentada em 18 de julho de 2000 com a Lei Federal nº 9.985, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, estabelecendo critérios e normas para a criação, implementação e gestão das Unidades de Conservação.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação apresenta diversas possibilidades de gestão do território, propiciando usos compatíveis com a preservação e a conservação, de forma a convergir, de acordo com a categoria da Unidade, a proteção da natureza com atividades como pesquisa científica, educação ambiental, ecoturismo, exploração direta de recursos naturais, em especial os usos tradicionais, e a gestão do território para a sustentabilidade.

Para que estes objetivos de preservação e conservação sejam alcançados, com foco também em novas possibilidades econômicas, é necessário um processo que integre as instituições responsáveis pela sua gestão, os agentes do seu entorno e os interessados nos usos permitidos para que possam construir um planejamento que reconheça e incorpore os desafios e possibilidades que as Unidades oferecem.

Para assegurar a convergência entre a proteção e os usos permitidos e desejáveis, a Lei do SNUC estabeleceu que cada UC deve contar com um Plano de Manejo, documento técnico elaborado com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, que estabelece o seu zoneamento e as normas que presidirão o uso do território e o manejo dos recursos naturais, bem como os Programas de Gestão.

O Estado de São Paulo conta atualmente com 118 Unidades de Conservação estaduais, sendo 67 de proteção integral e 51 de uso sustentável, todas integrantes do Sistema de Informação e Gestão de Áreas Protegidas e de Interesse Ambiental do Estado de São Paulo – SIGAP, instituído por meio do Decreto Estadual nº 60.302, de 27 de março de 2014.

Diversos desafios motivaram uma reflexão sobre o processo de elaboração de planos de manejo das Unidades sob gestão do Governo do Estado de São Paulo. Até 2017, o Sistema Ambiental Paulista dependia substancialmente de consultorias externas para a elaboração dos planos de manejo e diversos problemas eram enfrentados pelos órgãos gestores: (i) planos extensos, complexos e de baixa absorção pelos gestores e demais agentes sociais; (ii) prazos de elaboração longos, sem padronização dos fluxos de trabalho; (iii) propostas de planos de manejo em discussão durante prazos demasiadamente longos no âmbito do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA; (iv) planos com baixa capacidade de apontar prioridades de investimentos; e (v) subutilização da equipe do próprio Sistema Ambiental, de alto potencial técnico, com baixo envolvimento das áreas no processo de elaboração, o que implicava em

dificuldades na implementação dos programas e na gestão das Unidades. Verificou-se a necessidade de um modelo mais objetivo, integrado e aplicado à gestão, com maior capacidade de indicar prioridades de ações e investimentos e de viabilizar a disponibilização de recursos.

Neste sentido, e visando aumentar a eficiência, celeridade e efetividade dos Planos de Manejo, foi constituído, por meio da Resolução SMA nº. 95, de 8 de dezembro de 2016, posteriormente substituída pela Resolução SMA nº. 93, de 6 de setembro de 2017 e suas alterações, o Comitê de Integração dos Planos de Manejo, com a missão de garantir a articulação institucional para os estudos e bases técnicas para elaboração e acompanhamento da implementação dos planos de manejo e de definir o Roteiro Metodológico para uniformizar conceitos e metodologias, fixando diretrizes, prazos e formatos para esses planos.

O presente Roteiro Metodológico estabelece diretrizes e orientações metodológicas para a elaboração dos planos, sua implementação, ajustes e revisões, visando garantir que tais documentos técnicos promovam um planejamento eficiente, em que fiquem claros os objetivos a serem alcançados e a estratégia para atingi-los.

Esse Roteiro é fruto de trabalho desenvolvido coletivamente pelas áreas técnicas que compõem o Comitê de Integração dos Planos de Manejo, que, somado à experiência acumulada pelos diversos técnicos envolvidos, consolida a metodologia aplicada na elaboração de 11 planos do Projeto Piloto. Como resultado desse trabalho, foi possível estabelecer a orientação técnica para a elaboração de planos das seguintes categorias de UCs:

CATEGORIA	UC
<b>Parque Estadual (PE)</b>	Parque Estadual de Itaberaba
	Parque Estadual de Itapetinga
	Parque Estadual Restinga de Bertiooga
<b>Monumento Natural (MoNA)</b>	Monumento Natural Estadual da Pedra Grande
<b>Floresta Estadual (FE)</b>	Floresta Estadual de Guarulhos
	Floresta Estadual de Pederneiras
<b>Estação Ecológica<sup>1</sup> (EEC)</b>	Estação Ecológica de Avaré
	Estação Ecológica de Itapeti
	Estação Ecológica de Marília
	Estação Ecológica de Paranapanema
<b>Área de Proteção Ambiental (APA)</b>	Área de Proteção Ambiental Rio Batalha

<sup>1</sup> Para as Reservas Biológicas, utilizam-se as mesmas orientações e diretrizes adotadas para as Estações Ecológicas (com exceções apontadas no texto).

Trata-se de documento que deve ser aplicado de forma orientadora, respeitando-se as realidades regionais e locais, as singularidades de cada Unidade de Conservação e as características de seus respectivos territórios<sup>2</sup>.

Este Roteiro será posteriormente complementado com orientações para categorias de Unidades não contempladas no Projeto Piloto: Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Reserva de Fauna (RF), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) e Refúgio de Vida Silvestre (RVS).

Finalmente, é necessário registrar que o Roteiro Metodológico ora apresentado, além de instrumento célere, objetivo e funcional, deve ser assumido como um produto técnico sujeito a ajustes metodológicos ao longo do processo de sua implementação.

---

<sup>2</sup> Todos os planos de manejo seguirão a linha metodológica desse Roteiro, com as adaptações necessárias diante das especificidades do território, como é o exemplo das APAs Marinhas.



## 2. CONCEITOS

Considerando a necessidade de uniformização dos conceitos para a elaboração dos planos de manejo, torna-se necessário relembrar algumas definições trazidas por instrumentos legais vigentes, bem como apresentar novos conceitos que melhor se coadunam com os objetivos pretendidos na elaboração desses planos.

A conceituação de Unidade de Conservação é aquela definida pelo art. 2º da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que estabelece o SNUC.

***"Unidade de Conservação:** espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção".*

O SNUC traz também a definição de Plano de Manejo:

***"Plano de Manejo:** documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da Unidade"*<sup>3</sup>.

Para efeitos deste Roteiro considera-se:

***Área de Estudo:** Área constituída pela Unidade e seu entorno, na qual serão efetuados estudos de caracterização para subsidiar a elaboração do Plano de Manejo. Com base na Resolução Conama nº 428/2010, estabeleceu-se que a Área de Estudo deve abranger o território da Unidade, mais uma faixa de 3 quilômetros a partir dos seus limites.*

***Zoneamento:** é a delimitação de zonas, áreas e setores, com definições, objetivos de manejo e normas, visando proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da Unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz.*

***Zona:** é a porção territorial interna à Unidade de Conservação, delimitada com base em critérios socioambientais e no tipo e grau de intervenção previstos, para a qual se estabelecem objetivos, diretrizes e normas próprias.*

***Área:** é a porção territorial da Unidade de Conservação destinada à implementação dos programas e projetos prioritários de gestão da Unidade de Conservação, em conformidade com as características, objetivos e normas da Zona sobre a qual incide.*

***Zona de Amortecimento:** é o entorno de uma Unidade de Conservação, onde serão implementadas medidas de proteção e promoção de práticas sustentáveis com o*

---

<sup>3</sup> O Plano de Manejo deve abranger a área da Unidade de Conservação, sua Zona de Amortecimento e os corredores ecológicos, quando existirem, conforme dispõe o § 1º, do artigo 27, da Lei do SNUC.

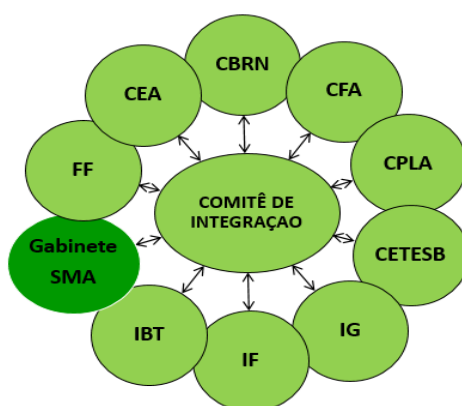
*propósito de minimizar impactos negativos e qualificar as atividades socioeconômicas que nela ocorrem.*

**Setor:** *é a porção territorial interior à Zona de Amortecimento delimitada quando houver características ambientais e socioeconômicas específicas que exijam gestão diferenciada.*

### 3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Secretaria do Meio Ambiente – SMA é o órgão central do Sistema Ambiental Paulista, responsável por planejar, coordenar, supervisionar e controlar a Política Estadual do Meio Ambiente. A SMA é composta pelos Institutos de Botânica (IBOT), Florestal (IF) e Geológico (IG) e pelas Coordenadorias de Administração (CA), de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN), de Educação Ambiental (CEA), de Fiscalização Ambiental (CFA) e de Planejamento Ambiental (CPLA), tendo como entidades vinculadas a Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo – Fundação Florestal, a Fundação Parque Zoológico de São Paulo e a CETESB. As Unidades de Conservação do Sistema Ambiental são geridas pela Fundação Florestal (100 Unidades), pelo Instituto Florestal (15 Unidades) e pelo Instituto de Botânica (3 Unidades).

Em 2016, foi criado o Comitê de Integração dos Planos de Manejo para definir as diretrizes e procedimentos para a elaboração, revisão e implementação dos planos de manejo, sob coordenação do Gabinete da Secretaria do Meio Ambiente, composto por diversas áreas técnicas do Sistema Ambiental Paulista: CBRN, CEA, CFA, CPLA, IF, IBOT, IG, Fundação Florestal e CETESB.

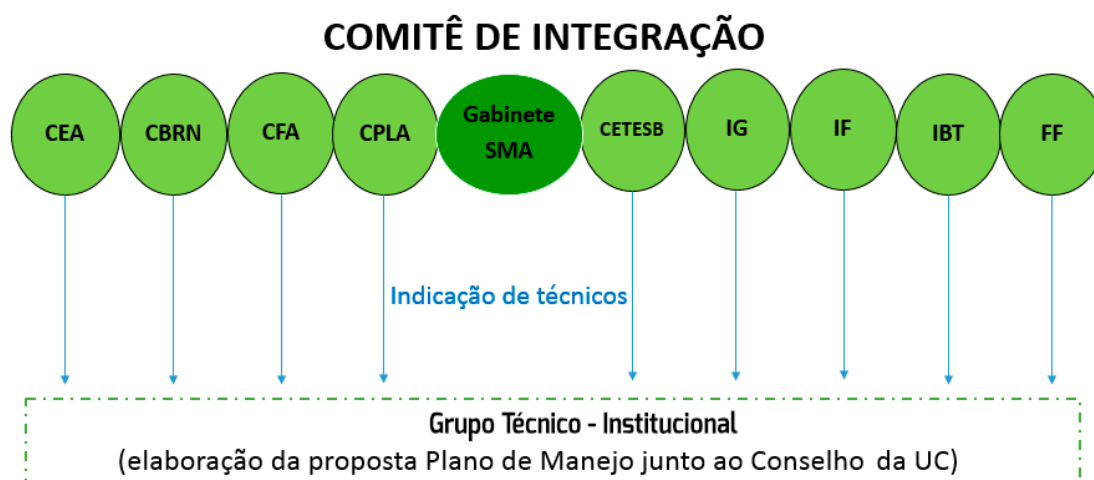


Preliminarmente ao início dos trabalhos de elaboração de cada plano, o Comitê de Integração dos Planos de Manejo indicará técnicos das diversas áreas, constituindo um *Grupo Técnico Institucional*, encarregado de viabilizar os procedimentos relativos à execução eficaz das tarefas compartilhadas entre as várias entidades do Sistema Ambiental Paulista.

O Grupo Técnico Institucional será coordenado pelo Órgão Gestor da Unidade de Conservação e contará, no mínimo, com:

- Coordenadores Temáticos:
  - Meio Físico;
  - Meio Biótico;
  - Meio Antrópico;
  - Jurídico Institucional;
- Equipe de Participação Social para Oficinas e Avaliações;

- Equipe de Apoio (Sistema de Informações Geográficas – SIG, Página Web, comunicação, editoração de documentos, padronização de mapas, etc.).



O Órgão Gestor da Unidade de Conservação deverá estruturar uma equipe executiva, que ficará encarregada de produzir os documentos-base para discussão e de organizar os trabalhos, com o apoio do Grupo Técnico Institucional.

#### 4. METODOLOGIA

O Plano de Manejo será elaborado a partir de análises socioambientais que assegurem o conhecimento da situação atual da Área de Estudo (Unidade de Conservação e seu entorno), com enfoque na resolução dos principais problemas que impactam os atributos ambientais da Unidade, e que sirvam de base técnica para o estabelecimento do zoneamento e das diretrizes que devem presidir o uso do território, visando o estabelecimento de estratégias de proteção, conservação, recuperação, uso e manejo dos recursos naturais, além de propiciar a delimitação da Zona de Amortecimento.

A metodologia ora proposta deve considerar as especificidades das diferentes categorias de Unidades de Conservação, sendo dinâmica e flexível para que se adeque às realidades ambientais e socioeconômicas presentes em cada caso.

São premissas da metodologia apresentada:

- (i) caracterização da Área de Estudo com dados secundários, sendo produzidas novas informações quando necessárias ao zoneamento e à gestão da Unidade;
- (ii) reconhecimento do Conselho Gestor como principal fórum para elaboração, acompanhamento da implementação e revisão do Plano de Manejo;
- (iii) participação social permeando todo o processo;
- (iv) análise e validação dos documentos e propostas pelo Comitê de Integração dos Planos de Manejo antes e após sua apresentação pública e coleta de contribuições, no âmbito das Oficinas, das reuniões dos respectivos conselhos e do CONSEMA;
- (v) padronização de conceitos, normas e diretrizes do zoneamento (Zonas internas, Áreas e Zona de Amortecimento), levando em consideração as especificidades do território e a categoria da Unidade de Conservação;
- (vi) aplicação de Áreas incidentes sobre as Zonas e que, não afetando direitos reconhecidos pela legislação, podem ser ampliadas, diminuídas ou alteradas por procedimento simplificado de ajuste;
- (vii) padronização dos programas, os quais devem comportar ações necessárias que poderão efetivamente ser implantadas pelo Órgão Gestor e demais áreas técnicas representadas no Comitê de Integração.

Todos os procedimentos indicados neste Roteiro Metodológico objetivam a implementação de um processo capaz de sintetizar contribuições provenientes de três fontes básicas para a legitimidade do Plano: (i) uma primeira, constituída pelo ambiente técnico e científico envolvido com a gestão das Unidades de Conservação; (ii) uma segunda, constituída pelo envolvimento e participação da sociedade em sua elaboração, representada pelo Conselho da Unidade e por pessoas que mantêm relação direta ou indireta com o território protegido; e (iii) uma terceira, consistente nas discussões realizadas no âmbito do CONSEMA.

## PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A participação social é condição imprescindível para a legitimidade de um Plano de Manejo e deve permear todo o processo de elaboração do documento e sua implementação, tendo o espaço do Conselho Gestor da Unidade como fórum de participação ampliada para a sociedade.

Essa participação social deve ser compreendida como estruturante e transversal, na medida em que contribui estruturalmente à construção do plano e em que serve tanto ao trabalho conjunto com a sociedade na produção do documento quanto à apropriação, pelos participantes, da política de gestão do território, inclusive ao longo da implementação do plano aprovado.

Para isso, a participação social na elaboração dos planos de manejo parte de algumas premissas, que têm o papel de configurar diretrizes para a criação e organização de espaços, situações e processos que fomentem e qualifiquem o envolvimento de diferentes agentes sociais com a construção de conhecimentos e de propostas relacionados ao território da Unidade de Conservação.

Uma participação social qualificada potencializa a reflexão e a tomada de decisões quanto às ações estratégicas para o enfrentamento dos desafios colocados diante dos objetivos da Unidade e das questões enfrentadas pelos agentes que atuam na sua área de influência.

São premissas de uma participação social qualificada: (i) garantia de pluralidade, consubstanciada nos diversos agentes envolvidos nas discussões, e respectivos interesses incidentes sobre o território; (ii) respeito às condições de participação (logística, cognitiva, perceptiva) dos diversos agentes e segmentos setoriais, visando contornar possíveis assimetrias e democratizar o acesso e a participação durante todo o processo; e (iii) transparência quanto ao processo participativo, especialmente no que se refere às dinâmicas, às possibilidades de contribuição, à forma de análise dessas contribuições, às devolutivas e às possibilidades de alterações posteriores da proposta do Plano de Manejo.

Com base nessas premissas, a metodologia prevê que a participação social se dará por meio de reuniões e Oficinas Participativas, realizadas a partir do espaço do respectivo Conselho Gestor.

Na primeira etapa dos trabalhos, sempre que necessária, será realizada uma reunião com agentes estratégicos e representativos dos diversos interesses incidentes sobre o território protegido, visando mapear os desafios e as potencialidades para a gestão da Unidade de Conservação.

Nas demais etapas, é recomendada a realização de, no mínimo, três Oficinas Participativas, sendo a primeira para apresentação e discussão da Caracterização do território da Área de Estudo; a segunda para apresentação e discussão do Zoneamento; e a terceira para apresentação e discussão dos Programas. Nas Oficinas Participativas serão apresentados e discutidos os materiais e as propostas, e coletadas contribuições dos participantes.



Paralelamente às Oficinas Participativas, conduzidas pelo Grupo Técnico Institucional, podem ser realizadas, ainda, "Reuniões Setoriais / Temáticas", visando facilitar tanto o acesso quanto a compreensão acerca dos conteúdos disponibilizados para consulta pública, sendo organizadas pela sociedade civil, com ou sem a participação do Sistema Ambiental.

Após a Oficina de Programas será realizada uma reunião para apresentação dos resultados (devolutiva), em que o Grupo Técnico Institucional submeterá a versão consolidada à apreciação e à manifestação do Conselho da Unidade.

As Oficinas, preparadas pela Equipe Executiva do Órgão Gestor com o apoio do Grupo Técnico Institucional, deverão ser amplamente divulgadas, de forma a permitir a participação dos interessados nos debates envolvendo a Área de Estudo. Recomenda-se a produção de material informativo e de divulgação adequado a cada caso, em linguagem acessível aos participantes. O Órgão Gestor providenciará espaço físico para cada Oficina, devendo disponibilizar o material para consulta com, no mínimo, sete dias de antecedência. Os participantes poderão encaminhar suas contribuições diretamente nas Oficinas de apresentação e discussão, por meio do protocolamento no Órgão Gestor ou, ainda, por meio do preenchimento de um Formulário Eletrônico disponibilizado no Portal de Consulta Pública dos Planos de Manejo. O Portal de Consulta Pública dos Planos de Manejo é um ambiente virtual com a função de dar transparência a todo o processo de elaboração de um Plano de Manejo, permitindo a consulta pública dos documentos que estão sendo elaborados em cada uma das etapas e a divulgação das reuniões e Oficinas a serem realizadas.

A proposta de Plano de Manejo poderá sofrer alterações em razão de contribuições recebidas no âmbito do CONSEMA.

A metodologia para Planos de Manejo está dividida em três grandes partes:

## **ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DO PLANO DE MANEJO**

Etapa 1 – Organização e Planejamento

Etapa 2 – Caracterização e Oficina Participativa

Etapa 3 – Planejamento Integrado

- Análise integrada, Zoneamento e Oficina Participativa
- Programas e Oficina Participativa

Etapa 4 – Análise e aprovação

## IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE MANEJO

Detalhamento e Execução dos Programas

Monitoramento do Plano de Manejo

## AJUSTES E REVISÃO DO PLANO DE MANEJO

Ajustes

Revisão

O esquema a seguir explicita o processo de elaboração do Plano de Manejo, melhor detalhado nos itens subsequentes.



## **4.1. ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DO PLANO DE MANEJO**

### **4.1.1. Etapa 1 – Organização e Planejamento**

Esta etapa compreenderá duas fases, sendo a primeira de definição dos envolvidos na elaboração do Plano de Manejo e, a segunda, de preparação de subsídios para a organização e planejamento dos trabalhos.

Inicialmente será designado, pelo Comitê de Integração dos Planos de Manejo, um Grupo Técnico Institucional, que apoiará a Equipe Executiva do Órgão Gestor, instância operacional encarregada de conduzir as etapas do processo de elaboração e de proceder aos encaminhamentos necessários à consolidação e validação dos produtos.

Constituído o Grupo Técnico Institucional, este providenciará, para a consecução da segunda fase desta etapa, os seguintes encaminhamentos e produtos:

- Elaboração do plano de trabalho com cronograma da elaboração do Plano até o encaminhamento da proposta ao CONSEMA;
- Verificação da situação da constituição do Conselho da Unidade, composto por membros do Poder Público e da sociedade civil;
- Levantamento de dados e informações disponíveis acerca da Área de Estudo, bem como da legislação incidente (exemplo de fontes: bases de dados, informações cartográficas, publicações científicas, projetos de pesquisas e extensão concluídos ou em andamento), devendo ser elaborado Mapa Base, contendo, no mínimo, limites da Unidade, limites municipais, hidrografia e infraestrutura linear (rodovias, dutovias, ferrovias e linhas de transmissão);
- Realização de reunião, se necessária, envolvendo técnicos do Órgão Gestor e da sociedade civil com conhecimento sobre o território, capazes de fornecer dados e informações úteis ao conhecimento da Unidade;
- Elaboração de Mapa Situacional indicando as principais questões da UC, incluindo apontamentos preliminares de suas potencialidades e fragilidades;
- Divulgação do andamento dos trabalhos nos canais oficiais do Sistema Ambiental Paulista.

#### **4.1.2. Etapa 2 – Caracterização e Oficina Participativa**

Na etapa de Caracterização, a partir dos produtos consolidados na etapa anterior, será providenciada a sistematização das informações detalhadas da Área de Estudo, com vistas à elaboração dos produtos da Etapa 3, na qual serão definidos o Zoneamento e os Programas do Plano de Manejo.

Os encaminhamentos e produtos da Etapa 2 são:

- Organização das informações gerais da Unidade, conforme o Anexo 1;
- Levantamento de dados secundários e de pesquisas complementares relativos aos meios físico, biótico, antrópico e jurídico-institucional;
- No caso da identificação de lacunas de informações essenciais ao planejamento e à gestão da Unidade, o Grupo Técnico Institucional submeterá ao Comitê de Integração a solicitação de estudos e levantamentos complementares e expeditos, bem como de revisão do plano de trabalho e do cronograma de elaboração;
- Sistematização e consolidação das informações levantadas, conforme Anexo 2;
- Realização da Oficina Participativa de Discussão da Caracterização.

Nesta etapa, após a preparação do material necessário à caracterização da Área de Estudo e sua validação pelo Comitê de Integração dos Planos de Manejo, será realizada uma Oficina Participativa para apresentação, coleta de dados e discussão da caracterização do território.

Depois de encerrada a Oficina de apresentação e discussão da Caracterização da Área de Estudo, contribuições complementares poderão ser encaminhadas por meio do Portal de Consulta Pública dos Planos de Manejo. Após o encerramento do período de contribuições previamente acordado, todas as contribuições serão sistematizadas pelo Órgão Gestor e submetidas à avaliação do Grupo Técnico Institucional. Uma vez realizadas as adequações pertinentes, o material produzido será encaminhado ao Comitê de Integração dos Planos de Manejo para avaliação e eventuais recomendações ao prosseguimento dos trabalhos. Os resultados finais desta Etapa serão disponibilizados no Portal de Consulta Pública dos Planos de Manejo.

#### **4.1.3. Etapa 3 – Planejamento Integrado**

##### **4.1.3.A. Análise integrada, Zoneamento e Oficina Participativa**

Concluída a etapa de caracterização, e com base nos dados reunidos e sistematizados, será elaborada a Análise Integrada e definidos o Zoneamento interno da Unidade, a Zona de Amortecimento, quando obrigatória, e respectiva setorização, quando necessária. O Zoneamento interno incluirá a divisão da Unidade em Zonas e a delimitação das Áreas

incidentes sobre as Zonas. O Plano de Manejo definirá Normas e Diretrizes para o território da Unidade e para sua Zona de Amortecimento, com base na Lei nº 9.985/2000.

São atividades e produtos da Etapa 3:

- Análise integrada, ressaltando as fragilidades e potencialidades da Unidade de Conservação;
  - Proposta do Zoneamento interno da Unidade de Conservação, incluindo as Áreas incidentes sobre as Zonas;
  - Proposta de perímetro da Zona de Amortecimento, quando obrigatória;
  - Proposta de Setorização da Zona de Amortecimento, quando necessária;
  - Proposta de normas, recomendações e diretrizes para as Zonas, Áreas e Setores.
- **Análise Integrada**

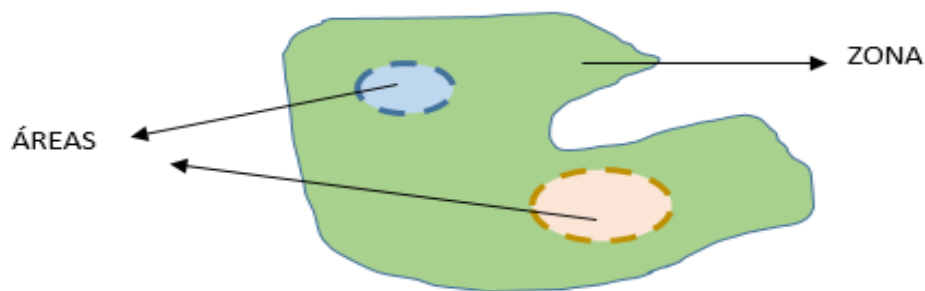
A Análise Integrada dos dados reunidos e sistematizados será feita pelo Grupo Técnico Institucional, que elaborará proposta a ser submetida ao Comitê de Integração quanto à necessidade de regimentos específicos a partir da análise da caracterização do território e da identificação das potencialidades e fragilidades da UC. A Análise Integrada constituirá a base técnica para a definição da proposta de Zoneamento.

▪ **Zoneamento Interno da Unidade de Conservação**

A Unidade de Conservação será dividida em Zonas, delimitadas com base em critérios socioambientais e no tipo de intervenção previsto e para as quais serão estabelecidas definições, objetivos e normas próprias, conforme Anexo 3, que deverá servir como referência para a elaboração do Zoneamento das Unidades de Conservação.

Sobre as Zonas poderão incidir Áreas, suscetíveis de ampliação, diminuição, exclusão ou inclusão por meio de procedimento simplificado de ajuste, desde que estejam previstas no Plano de Manejo e não afetem direitos reconhecidos pela legislação.

- Zonas são porções do território com características homogêneas e predominantes, definidas com base em critérios socioambientais e no grau de intervenção previsto;
- Áreas são porções menores do território, que indicam, dentro das zonas, onde ocorrerão os programas e projetos prioritários de gestão.



O enquadramento e a delimitação das Zonas e das Áreas nelas definidas deverão viabilizar que se consolidem, na Unidade, os objetivos de conservação e de manejo a serem alcançados. O Zoneamento no interior da Unidade de Conservação será delimitado com base na Caracterização e nos resultados da Análise Integrada, destacando-se:

- A importância socioambiental e ecológica da Unidade de Conservação;
  - O estado de conservação que se deseja preservar ou alcançar;
  - As porções territoriais com vocação de uso ou vocação de conservação;
  - Os aspectos prioritários de preservação, conservação, manejo ou uso sustentável identificados;
  - As fragilidades e potencialidades do território;
  - A importância de incentivar o uso público, considerando os limites impostos pelo SNUC e possíveis vetores de degradação/pressão;
  - A legislação incidente sobre o território;
  - A adoção, na medida do possível, de limites físicos de fácil identificação no território.
- **Tipologia de Zonas em Unidades de Conservação**

O Zoneamento deve ser elaborado conforme os seguintes tipos de Zonas, que devem estar previstos no Plano de Manejo conforme a categoria da Unidade e as necessidades identificadas:

**I – Zona de Preservação (ZP):** É aquela onde os ecossistemas e os processos ecológicos que os mantêm exibem a máxima expressão de integridade referente à estrutura, função e composição, sendo os efeitos das ações antrópicas ausentes ou insignificantes.

**Objetivo:** Proteger integralmente os ecossistemas e seus processos ecológicos, visando à manutenção da biodiversidade, recursos hídricos e formações geológicas.

**Aplicação:** Aplica-se às Unidades de Conservação de Proteção Integral e às Florestas Estaduais.



**II – Zona de Conservação (ZC):** É aquela onde ocorrem ambientes naturais bem conservados, podendo apresentar efeitos de pequena intervenção humana não significativos<sup>4</sup>.

**Objetivo:** Conservar a paisagem natural, a biodiversidade e o meio físico, possibilitando atividades de pesquisa científica, educação ambiental e contemplação da natureza, com mínimo impacto sobre os atributos ambientais da Unidade de Conservação.

**Aplicação:** Aplica-se às Unidades de Conservação de Proteção Integral e às Florestas Estaduais.

**III – Zona de Recuperação (ZR):** É aquela constituída por ambientes naturais degradados que devem ser recuperados para atingir um melhor estado de conservação e que, uma vez recuperada, deverá ser reclassificada<sup>5</sup>.

**Objetivo:** Deter a degradação dos recursos ambientais e recuperar os ecossistemas naturais quanto à estrutura, função e composição, o mais próximo possível da condição anterior à sua degradação.

**Aplicação:** Aplica-se a qualquer Unidade de Conservação, com exceção das Áreas de Proteção Ambiental.

**IV – Zona de Uso Extensivo (ZUE):** É aquela constituída em sua maior parte por regiões naturais conservadas, podendo apresentar efeitos de intervenção humana e atrativos passíveis de visitação pública.

**Objetivo:** Conservar a paisagem natural, a biodiversidade e o meio físico, possibilitando atividades de pesquisa científica, educação ambiental e visitação pública, com baixo impacto sobre os recursos ambientais.

**Aplicação:** Aplica-se a qualquer Unidade de Conservação, com exceção das Áreas de Proteção Ambiental.

**V – Zona de Uso Intensivo (ZUI):** É aquela onde os ambientes naturais apresentam maiores efeitos de intervenção humana e que concentra a infraestrutura de gestão e de suporte às atividades desenvolvidas na Unidade de Conservação.

**Objetivo:** Oferecer infraestrutura de suporte às atividades de gestão e administração, fiscalização, monitoramento, pesquisa científica, educação ambiental e visitação pública com médio impacto sobre os recursos ambientais.

**Aplicação:** Aplica-se a qualquer Unidade de Conservação, com exceção das Áreas de Proteção Ambiental, Estações Ecológicas e Reservas Biológicas.

**VI – Zona de Exploração Sustentável (ZES):** É aquela constituída por recursos florestais ou agroflorestais passíveis de exploração sustentável.

---

<sup>4</sup> No caso de Florestas Estaduais, Zona de Conservação é aquela onde ocorrem ambientes naturais bem conservados, podendo apresentar efeitos de pequena intervenção humana não significativos e proporcionar recursos para manejo.

<sup>5</sup> A reclassificação dependerá do resultado alcançado pelo processo de recuperação.

**Objetivo:** Assegurar o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais ou agroflorestais.

**Aplicação:** Aplica-se às Florestas Estaduais.

**VII – Zona de Ocupação Humana (ZOH):** É aquela onde ocorre ocupação por moradias ou atividades produtivas em propriedades particulares.

**Objetivo:** Compatibilizar o uso da terra e dos recursos naturais com os objetivos da UC.

**Aplicação:** Aplica-se aos Monumentos Naturais.

**VIII – Zona de Uso Sustentável (ZUS):** É aquela em que os atributos naturais apresentam maiores efeitos da intervenção humana, abrangendo porções territoriais heterogêneas em relação ao uso e ocupação do solo.

**Objetivo:** Compatibilizar os diferentes usos existentes no território e minimizar os impactos negativos sobre os recursos ambientais.

**Aplicação:** Aplica-se às Áreas de Proteção Ambiental.

**IX – Zona de Proteção dos Atributos (ZPA):** É aquela que concentra os elementos sociais e/ou ambientais relevantes para a proteção dos atributos que justificaram a criação da Unidade.

**Objetivo:** Proteger os territórios de alta relevância socioambiental, visando a conservação dos atributos que justificaram a criação da APA, sejam eles a biodiversidade, os recursos hídricos, a beleza cênica, o patrimônio histórico-cultural ou as comunidades tradicionais.

**Aplicação:** Aplica-se às Áreas de Proteção Ambiental.

**X – Zona sob Proteção Especial (ZPE):** É aquela que corresponde às Unidades de Conservação do Grupo de Proteção Integral e às Terras Indígenas homologadas.

**Objetivo:** Reconhecer e fortalecer os territórios protegidos, observando os regramentos específicos.

**Aplicação:** Aplica-se às Áreas de Proteção Ambiental.

No quadro abaixo estão indicadas as zonas aplicáveis a cada categoria de Unidade de Conservação.

PROTEÇÃO INTEGRAL					USO SUSTENTÁVEL	
ZONA	ESTAÇÃO ECOLÓGICA (Eec)	RESERVA BIOLÓGICA (REBIO)	PARQUE ESTADUAL (PE)	MONUMENTO NATURAL (MONA)	ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA)	FLORESTA ESTADUAL (FE)
Zona de Preservação (ZP)	x	x	x	x		x
Zona de Conservação (ZC)	x	x	x	x		x
Zona de Recuperação (ZR)	x	x	x	x		x
Zona de Uso Extensivo (ZUE)	x	x	x	x		x
Zona de Uso Intensivo (ZUI)			x	x		x
Zona de Exploração Sustentável (ZES)						x
Zona de Ocupação Humana (ZOH)				x		
Zona de Uso Sustentável (ZUS)					x	
Zona de Proteção dos Atributos (ZPA)					x	
Zona sob Proteção Especial (ZPE)					x	

As Áreas são também tipificadas, devendo ser sempre compatíveis com os objetivos e normas das Zonas sobre as quais incidem, e para as quais são estabelecidas definições, objetivos e normas, conforme Anexo 3, que servirá como referência para elaboração do Zoneamento das Unidades de Conservação.

## ▪ **Tipologia de Áreas em Unidades de Conservação**

O Zoneamento será elaborado conforme os seguintes tipos de Áreas, que devem estar previstas no Plano de Manejo conforme a categoria da Unidade de Conservação e as necessidades identificadas:

**I – Área de Uso Público (AUP):** É aquela que circunscreve as atividades de uso público e que possibilita a instalação de infraestrutura de suporte às atividades permitidas na zona em que se insere.

**Objetivo:** Possibilitar o desenvolvimento das atividades de uso público permitidas na zona em que se insere.

**Aplicação:** Aplica-se a qualquer Unidade de Conservação, com exceção das Áreas de Proteção Ambiental.

**II – Área de Administração (AA):** É aquela que circunscreve as atividades e a infraestrutura de apoio aos serviços administrativos, de proteção, de fiscalização e de pesquisa científica.

**Objetivo:** Oferecer suporte ao desenvolvimento das atividades de gestão da Unidade de Conservação.

**Aplicação:** Aplica-se a qualquer Unidade de Conservação, com exceção das Áreas de Proteção Ambiental.

**III – Área de Ocupação Humana (AOH):** É aquela que circunscreve ocupações humanas.

**Objetivo:** Indicar a ocorrência das ocupações humanas, incluindo povos e comunidades tradicionais, até que seja definido o encaminhamento apropriado a cada caso.

**Aplicação:** Aplica-se a qualquer Unidade de Conservação, com exceção dos Monumentos Naturais e das Áreas de Proteção Ambiental.

**IV – Área Histórico-Cultural (AHC):** É aquela que circunscreve o patrimônio histórico-cultural ou arqueopaleontológico e as atividades correlatas.

**Objetivo:** Proteger e difundir a importância do patrimônio histórico-cultural ou arqueopaleontológico.

**Aplicação:** Aplica-se a todas as Unidades de Conservação, com exceção das Áreas de Proteção Ambiental.

**V – Área de Interferência Experimental (AIE):** É aquela constituída por ambientes naturais, conservados ou alterados, destinada a pesquisas científicas de maior impacto. Poderá abranger diferentes fisionomias da vegetação, desde que não exceda a área correspondente a 3% (três por cento) do território da Unidade.

**Objetivo:** Possibilitar o aprofundamento do conhecimento sobre os ecossistemas por meio do desenvolvimento de pesquisas científicas experimentais, cujos resultados sejam aplicáveis à sua restauração e conservação.

**Aplicação:** Aplica-se às Estações Ecológicas.

**VI – Área de Experimentação (AE):** É aquela que circunscreve as atividades voltadas para pesquisa direcionadas à exploração sustentável de recursos madeireiros ou subprodutos florestais ou agroflorestais.

**Objetivo:** Desenvolver pesquisas para aprimorar a exploração sustentável de recursos madeireiros ou subprodutos florestais ou agroflorestais.

**Aplicação:** Aplica-se às Florestas Estaduais.

**VII – Área de Manejo Sustentável (AMS):** É aquela que compreende ecossistemas de espécies nativas ou exóticas, com potencial de exploração comercial sustentável de recursos florestais ou agroflorestais.

**Objetivo:** Explorar de modo sustentável os recursos florestais ou agroflorestais.

**Aplicação:** Aplica-se às Florestas Estaduais.

**VIII – Área de Interesse<sup>6</sup> para a Conservação (AIC):** É aquela constituída por fragmentos de ecossistemas naturais de maior dimensão e suas conexões via Áreas de Preservação Permanente (APPs), relevantes para a conservação ambiental e/ou o incremento de corredores ecológicos.

**Objetivo:** Conservar os ecossistemas naturais mais relevantes e manter os processos ecológicos por meio do estímulo ao incremento de corredores ecológicos e criação de outras áreas protegidas.

**Aplicação:** Aplica-se às Áreas de Proteção Ambiental.

**IX – Área de Interesse para a Recuperação (AIR):** É aquela caracterizada por ambientes naturais alterados ou degradados, prioritária às ações de mitigação e redução dos impactos negativos.

**Objetivo:** Minimizar a degradação dos recursos ambientais por meio do estímulo à recuperação ambiental.

**Aplicação:** Aplica-se às Áreas de Proteção Ambiental.

---

<sup>6</sup> No caso da Área de Proteção Ambiental, por se tratar de Unidade de Conservação de Uso Sustentável com incidência em propriedades privadas, as Áreas são tratadas de forma diferenciada, a fim de estimular o alcance das diretrizes propostas.

**X – Área de Interesse Histórico-Cultural (AIHC):** É aquela caracterizada por territórios com presença de atributos históricos, culturais (materiais e/ou imateriais) ou cênicos relevantes para o turismo e desenvolvimento socioeconômico local.

**Objetivo:** Articular e fomentar ações de desenvolvimento sociocultural, reconhecendo esses territórios como referências da APA.

**Aplicação:** Aplica-se às Áreas de Proteção Ambiental.

Nos quadros abaixo, estão indicadas as áreas passíveis de incidência para cada categoria de UC e, posteriormente, para cada tipo de Zona.

ÁREA	PROTEÇÃO INTEGRAL				USO SUSTENTÁVEL	
	ESTAÇÃO ECOLÓGICA (Eec)	RESERVA BIOLÓGICA (REBIO)	PARQUE ESTADUAL (PE)	MONUMENTO NATURAL (MONA)	ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA)	FLORESTA ESTADUAL (FE)
Área de Uso Público	x	x	x			x
Área de Administração	x	x	x	x		x
Área de Ocupação Humana	x	x	x			x
Área Histórico-Cultural	x	x	x	x		x
Área de Interferência Experimental	x					
Área de Experimentação						x
Área de Manejo Sustentável						x
Área de Interesse para Conservação					x	
Área de Interesse para Recuperação					x	
Área de Interesse Histórico-Cultural					x	



Incidência das Áreas sobre as Zonas para Unidades de Conservação de Proteção Integral:

ZONA	PROTEÇÃO INTEGRAL				
	Área de Uso Público	Área de Administração	Área de Ocupação Humana	Área Histórico-Cultural	Área de Interferência Experimental
Zona de Preservação (ZP)					
Zona de Conservação (ZC)	x	x	x	x	x
Zona de Recuperação (ZR)	x	x	x	x	x
Zona de Uso Extensivo (ZUE)	x	x	x	x	x
Zona de Uso Intensivo (ZUI)	x	x	x	x	
Zona de Ocupação Humana (ZOH)	x				

Incidência das Áreas sobre as Zonas para Unidades de Conservação de Uso Sustentável:

ZONA	USO SUSTENTÁVEL								
	Área de Uso Público	Área de Administração	Área de Ocupação Humana	Área Histórico-Cultural	Área de Experimentação	Área de Manejo Sustentável	Área de Interesse para Conservação	Área de Interesse para Recuperação	Área de Interesse Histórico-Cultural
Zona de Preservação (ZP)									
Zona de Conservação (ZC)	x	x	x	x					
Zona de Recuperação (ZR)	x	x	x	x	x	x			
Zona de Uso Extensivo (ZUE)	x	x	x	x					
Zona de Uso Intensivo (ZUI)	x	x	x	x					
Zona de Exploração Sustentável (ZES)	x	x	x	x	x	x			
Zona de Uso Sustentável (ZUS)							x	x	x
Zona de Proteção dos Atributos (ZPA)							x	x	x
Zona sob Proteção Especial (ZPE)									x

#### ▪ **Delimitação do Perímetro e Setorização da Zona de Amortecimento**

O perímetro da Zona de Amortecimento será definido com base na caracterização da Área de Estudo, em função da análise das informações sobre potencialidades, ameaças e vulnerabilidades. Excepcionalmente, poderá ultrapassar o perímetro da Área de Estudo, desde que comprovados tecnicamente os impactos existentes na região sobre os atributos da Unidade de Conservação.

A Zona de Amortecimento deverá ser objeto prioritário da promoção de práticas sustentáveis com o propósito de minimizar os impactos negativos na Unidade e qualificar as atividades socioeconômicas que nela ocorrem.

Quando a Zona de Amortecimento apresentar porções territoriais com características ambientais e socioeconômicas heterogêneas, exigindo o estabelecimento de diretrizes e ações específicas, esta poderá ser setorizada, com perímetros delimitados em seu interior.

São critérios técnicos para a delimitação e setorização da Zona de Amortecimento, dentre outros:

- Os impactos ambientais potenciais e efetivos na Unidade de Conservação provenientes da atividade humana existente em seu entorno;
- As especificidades ambientais relacionadas à conservação dos atributos da Unidade de Conservação e em seu entorno;
- O contexto socioeconômico em que a Unidade de Conservação está inserida;
- A dinâmica do uso e ocupação do solo no entorno da Unidade de Conservação.

A delimitação da Zona de Amortecimento observará, sempre que possível, os atributos naturais ou marcos reais de fácil visualização e identificação, tais como corpos hídricos, divisores de água, linhas férreas ou de alta tensão e estradas.

O levantamento jurídico-institucional, elaborado na etapa de caracterização da Unidade de Conservação, assume papel estratégico para a delimitação e para a definição de normas e diretrizes da Zona de Amortecimento, buscando uma organização e integração das normas incidentes sobre o território, produzidas pelas diversas esferas de gestão.

Quando a caracterização indicar a existência de outra Unidade de Conservação cuja conectividade possibilite o fluxo de genes e o movimento da biota entre ambas, deverá ser avaliada a conveniência/oportunidade para a criação de Corredores Ecológicos. Para tanto, deverão ser considerados os critérios estabelecidos por Resolução da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

#### ▪ **Oficina Participativa de discussão do Zoneamento**

Após a preparação da proposta de Zoneamento e sua validação pelo Comitê de Integração dos Planos de Manejo, será realizada uma Oficina Participativa para apresentação, coleta de contribuições e discussão dos produtos desta etapa.

Nessa Oficina, o Zoneamento na Unidade e a setorização da Zona de Amortecimento, se proposta, serão apresentados para discussão e recebimento de recomendações para inclusões e alterações destes produtos.

Depois de encerrada a Oficina de apresentação e discussão do Zoneamento, contribuições complementares poderão ser encaminhadas por meio do Portal de Consulta Pública dos Planos de Manejo. Após o encerramento do período de contribuições previamente acordado, todas as contribuições serão sistematizadas pelo Órgão Gestor e submetidas à avaliação pelo Grupo Técnico Institucional. Uma vez realizadas as adequações pertinentes, o material produzido será encaminhado ao Comitê de Integração dos Planos de Manejo para avaliação e eventuais recomendações ao prosseguimento dos trabalhos. Os resultados finais desta etapa serão disponibilizados no Portal de Consulta Pública dos Planos de Manejo.

#### **4.1.3.B. Programas e Oficinas Participativas**

No âmbito dos Programas são definidos objetivos e ações específicos voltados para proteção da Unidade, para o desenvolvimento equilibrado do seu entorno e para a resolução de problemas identificados, tendo em vista a execução de medidas de qualidade ambiental para o território, fundamentadas em uma relação custo-benefício sempre positiva.

Para definição dos Programas, o Grupo Técnico Institucional analisará os principais problemas identificados no território com relação aos aspectos prioritários da proteção, conservação, uso e manejo dos recursos naturais e aos objetivos da Unidade, às suas causas e efeitos, e às melhores medidas a serem tomadas para resolvê-los.

Os Programas de Gestão foram estruturados em uma Matriz Lógica, conforme modelo do Anexo 4, composto por:

- (i) Objetivo do Programa;
- (ii) Objetivo Estratégico, que consiste na declaração do que se pretende atingir quanto a um determinado Programa;
- (iii) Ações necessárias para a consecução do(s) objetivo(s) estratégico(s);
- (iv) Atividades, que explicitam taticamente os caminhos que a gestão deve percorrer;
- (v) Classificação das Atividades, conforme temas operacionais pré-estabelecidos;

(vi) Responsabilidades e Parcerias, indicando os responsáveis por cada atividade e as parcerias que devem ser viabilizadas;

(vi) Cronograma proposto.

Visando subsidiar o monitoramento da implementação do Plano de Manejo, foram estabelecidas metas, que expressam de forma mensurável os resultados previstos, e indicadores, instrumentos de mensuração associados às respectivas metas.

Para a implementação dos Programas, alguns pressupostos devem ser observados:

- Correspondência das ações com as diretrizes institucionais e compatibilidade com a estrutura organizacional do Órgão Gestor da Unidade, das áreas técnicas representadas no Comitê de Integração e das Coordenações Temáticas;
- Integração dos objetivos e metas de cada Programa com as linhas de ação do Sistema Ambiental Paulista;
- Definição de ações e atividades concretas e ligadas a metas especificadas, consubstanciando proposição objetiva e fundamentada nas prioridades de investimentos;
- Adoção de diretrizes institucionais da política governamental existentes para temas atinentes às Unidades de Conservação, como comunidades tradicionais e regularização fundiária.

Os tipos de Programas serão previstos no Plano de Manejo conforme necessidades identificadas para o território.

▪ **Tipos de Programas**

- **Programa de Manejo e Recuperação** - com o objetivo de assegurar a conservação da diversidade biológica e as funções dos ecossistemas (aquáticos ou terrestres), por meio de ações de recuperação ambiental e manejo sustentável dos recursos naturais;
- **Programa de Uso Público** - com o objetivo de oferecer à sociedade o uso público pretendido de forma a compatibilizar a garantia da qualidade e segurança nas atividades dirigidas ou livres que ocorrem no interior da UC com a manutenção da integridade de seus atributos ambientais objeto de conservação;
- **Programa de Interação Socioambiental** - com o objetivo de estabelecer, por meio das relações entre os diversos atores do território, os pactos sociais necessários para garantir o objetivo superior da Unidade;
- **Programa de Proteção e Fiscalização** - com o objetivo de garantir a integridade física, biológica e cultural da Unidade;

- **Programa de Desenvolvimento Sustentável** - com o objetivo de viabilizar alternativas de usos sustentáveis na Unidade, mediante o incentivo e a difusão de ações compatíveis com o tipo e os atributos da Unidade, de acordo com as demandas socioeconômicas da população que tenha vínculo com a Unidade;
- **Programa de Pesquisa e Monitoramento** - com o objetivo de produzir e difundir conhecimentos que auxiliem a gestão da Unidade em suas diversas ações.
- **Oficina Participativa de discussão dos Programas**

Após a preparação da proposta dos Programas e validação pelo Comitê de Integração dos Planos de Manejo, será realizada uma Oficina Participativa para apresentação, coleta de contribuições e discussão da proposta de Programas, Ações e Atividades. Serão recebidas contribuições até data posterior a ser acordada entre o Grupo Técnico Institucional e os membros do Conselho.

Após a realização da Oficina, serão estabelecidos indicadores e metas para o monitoramento da implementação dos Programas.

#### **4.1.4. Etapa 4 – Análise e aprovação**

Concluído o processo de discussão e coleta de contribuições, o Órgão Gestor sistematizará as contribuições e as submeterá à análise do Grupo Técnico Institucional, que proporá quais serão incorporadas ao Plano de Manejo, justificando tecnicamente aquelas que não o serão.

Após validação pelo Comitê de Integração dos Planos de Manejo, as devolutivas serão apresentadas em reunião do Conselho da Unidade, ocasião em que será colhida a sua manifestação sobre a proposta de Plano de Manejo.

Após a manifestação do Conselho, e havendo ajustes necessários, o Comitê de Integração será novamente ouvido. Após essa fase, a proposta do Plano de Manejo e seu Resumo Executivo, na forma de minuta de Resolução do Secretário do Meio Ambiente ou de Decreto, nos termos do artigo 17 do Decreto Estadual nº. 60.302, de 27 de março de 2014, serão encaminhados ao CONSEMA, para análise técnica pela Comissão Temática de Biodiversidade, Floresta, Parques e Áreas Protegidas – CTBio.

Na CTBio a proposta de Plano de Manejo será apresentada pelo Órgão Gestor e, posteriormente, após elaboração de relatório por representante designado, será avaliada, retornando para ajustes no âmbito do Órgão Gestor ou prosseguindo para análise pela Plenária do CONSEMA.

Após manifestação da Plenária do CONSEMA, em caso de recomendação para sua aprovação, o Plano de Manejo será aprovado por meio de:



- Resolução do Secretário do Meio Ambiente, nos casos de Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Estadual, Monumento Natural Estadual, Refúgio de Vida Silvestre, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Estadual e Reserva de Fauna;
- Decreto, no caso de Área de Proteção Ambiental.

Após aprovado, o Plano de Manejo será disponibilizado ao público na sede da Unidade de Conservação e nas plataformas virtuais do Sistema Ambiental Paulista, recomendando-se que as informações compiladas para sua elaboração sejam inseridas em um banco de dados.

## **4.2. IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE MANEJO**

Imediatamente após a aprovação do Plano de Manejo, será iniciada a sua implementação, na qual será analisada a efetividade do Zoneamento e avaliada a adequação dos indicadores propostos para a consecução das metas estabelecidas para cada Programa.

O Órgão Gestor da Unidade deverá se responsabilizar pela implementação do Plano de Manejo, acionando as demais áreas técnicas do Comitê de Integração dos Planos de Manejo para viabilizar as parcerias previstas e para solucionar problemas identificados nessa etapa.

### **4.2.1. Detalhamento e Execução dos Programas**

Para a implementação dos Programas, o Órgão Gestor detalhará as medidas necessárias a serem adotadas para a execução das ações e atividades previstas, por meio de um planejamento institucional e identificação de providências a serem adotadas, tais como o estabelecimento de parcerias previstas, a contratação de serviços, a aquisição de bens e a reestruturação de equipe.

Esse detalhamento poderá ser livremente alterado pelo Órgão Gestor, sempre que constatadas dificuldades significativas para a consecução das metas estabelecidas.

Ao Órgão Gestor caberá, quando da execução dos Programas:

- Encaminhar os procedimentos para que os recursos técnicos, humanos e financeiros estejam disponíveis para a execução de cada ação, respeitado o cronograma de sua execução;
- Consolidar os indicadores a serem utilizados e a periodicidade das medições de cada indicador;
- Reunir e acumular informações e dados secundários concernentes à Unidade e ao seu entorno, úteis para eventuais ajustes e revisões dos Programas e do Plano;
- Divulgar resultados parciais e conclusivos dos Programas, através dos canais oficiais da Secretaria do Meio Ambiente e de outros órgãos, produzindo material para esta finalidade;

- Acionar o Comitê de Integração dos Planos de Manejo sempre que identificados problemas e desafios para implementação do Plano de Manejo, nos termos aprovados pelo ato normativo.

#### **4.2.2. Monitoramento do Plano de Manejo**

O monitoramento do Plano de Manejo constitui estratégia essencial para sua eficácia, para que possam ser feitos ajustes ou revisões sempre que forem detectadas impossibilidades à consecução, total ou parcial, dos objetivos dos Programas ou eventuais incongruências entre o documento e a realidade da Unidade.

O monitoramento do Plano será efetuado por meio:

- Da avaliação permanente, pelo Órgão Gestor, da eficiência e compatibilidade do Zoneamento da Unidade e de sua Zona de Amortecimento com a realidade posta;
- Da avaliação das informações de acompanhamento das Ações dos Programas. Esta avaliação será baseada na evolução das medições dos indicadores de cada Programa, que deverá ser feita pelo Órgão Gestor e apresentada ao Comitê de Integração dos Planos de Manejo sempre que os cronogramas estipulados não estiverem sendo cumpridos;
- Da atualização permanente dos dados de caracterização da Unidade e de seu entorno, abrangendo informações oriundas tanto de fontes primárias (como as pesquisas produzidas na Unidade e as fornecidas pela população do território), quanto oriundas de fontes secundárias, para captura de dados e informações não presentes na caracterização inicial ou em atualizações e revisões já efetuadas. Esta prática, de reunião permanente de informações e dados, permitirá que os ajustes e as revisões do Plano sejam feitos sem necessidade de que se repitam todos os procedimentos efetuados quando da sua elaboração, o que implica economia de tempo e de recursos.

Para tanto, será estabelecida rotina de monitoramento do Plano, incluindo o preenchimento de um relatório, a ser entregue até setembro de cada ano, conforme Anexo 5.

### **4.3. AJUSTES E REVISÕES DO PLANO DE MANEJO**

#### **4.3.1. Ajustes**

O Plano de Manejo aprovado poderá ser objeto de ajustes, mediante procedimento simplificado, os quais consistirão em alterações que, não afetando direito e interesses de particulares, impliquem em:

- Ampliação, diminuição, criação e extinção das Áreas;
- Alteração dos indicadores e metas dos programas, bem como dos cronogramas estabelecidos.

As necessidades de ajustes serão identificadas por meio do monitoramento da implementação do Plano e deverão ser submetidas pelo Órgão Gestor ao Conselho da Unidade, solicitando sua manifestação.

Para subsidiar essas avaliações e recomendações de alterações, as informações e dados reunidos pelo Órgão Gestor conterão:

- Uma exposição dos Programas, seus objetivos e as ações elencadas para seu cumprimento, informando a situação quanto à execução;
- Uma síntese dos resultados alcançados no período, demonstrando a perspectiva de ser atingido o objetivo estratégico estabelecido para cada Programa, apontando, nesses casos, recomendações para correções;
- A atualização dos dados concernentes à Unidade, oriundos de fontes primárias e secundárias complementares ou corretivas ao material reunido na caracterização do Plano ou em atualizações e revisões já efetuadas, sempre que impactarem as Áreas já existentes;
- A inclusão de resumo do Plano de Fiscalização Integrada da Unidade, quando houver;
- Recomendações dos ajustes, com justificativa técnica.

Após manifestação do Conselho quanto aos ajustes recomendados, estes serão submetidos à apreciação do Comitê de Integração dos Planos de Manejo, devendo aqueles aprovados serem formalizados por ato normativo competente.

É necessário que as adequações sejam incorporadas, pelo Órgão Gestor, às rotinas de monitoramento do Plano de Manejo da Unidade em até 30 dias após a aprovação dos ajustes, para viabilizar que suas implementações ocorram rapidamente e sem prejuízo aos objetivos dos Programas.

As alterações efetuadas serão publicadas nos canais de informação do Sistema Ambiental Paulista para permitir que o Plano de Manejo, já atualizado, seja acompanhado por todos os agentes interessados nas ações sobre a Unidade e seu entorno.

#### 4.3.2. Revisão

As revisões serão propostas pelo Órgão Gestor ao Comitê de Integração dos Planos de Manejo sempre que forem identificadas necessidades de alterações significativas no documento, seja parcial ou integralmente.

Para a solicitação de revisão ao Comitê de Integração será necessário recontextualizar a Unidade e seu entorno, devendo o material organizado pelo Órgão Gestor conter:

- Uma síntese do Plano de Manejo vigente;
- Uma síntese dos ajustes feitos, se houver, contendo uma exposição resumida e os impactos decorrentes de tais ajustes;
- Dados primários, secundários e informações reunidas após o início da implementação do Plano;
- Informação de instrumentos incidentes sobre a Unidade e seu entorno não analisados ou inexistentes à época da elaboração do Plano de Manejo ou de sua última revisão, especialmente os normativos, além de programas e projetos públicos e privados;
- Síntese dos Planos de Fiscalização Integrada da Unidade para o período, quando houver;
- Resultados das ações de Formação Socioambiental da Coordenadoria de Fiscalização Ambiental, para o período abrangido pelo Relatório, quando realizadas;
- Situação dos planos de uso público e de educação ambiental;
- Recomendações de revisões, com justificativa técnica.

Em sendo aprovado o início do processo de revisão, serão constituídos Grupo Técnico Institucional pelo Comitê de Integração e Equipe Técnica pelo Órgão Gestor para elaboração da proposta.

Essa proposta será apresentada e debatida tecnicamente em Oficinas Participativas para apresentação, discussões e para as devolutivas – envolvendo os conselheiros, atores locais e lideranças, além de agentes públicos atuantes no território, sendo necessária ampla divulgação.

O Grupo Técnico Institucional deverá organizar o material a ser apresentado à Oficina de Revisão, de forma a permitir que as apresentações, discussões e decisões possibilitem a análise das alterações propostas e eventuais sugestões de revisão de outros pontos do Plano.

Após a apresentação da proposta de revisão ao Conselho, o Órgão Gestor consolidará as alterações, submetendo-as ao Grupo Técnico Institucional e, após, ao Comitê de Integração. Após aprovadas, a proposta final de revisão será apresentada em reunião do Conselho da Unidade, ocasião em que será colhida sua manifestação.

Após a manifestação do Conselho da Unidade sobre a proposta de alteração, o Plano de Manejo atualizado e seu Resumo Executivo serão encaminhados ao CONSEMA para serem submetidos à análise da CTBio.

Após a aprovação do relatório pela CTBio, a proposta final, consubstanciada no Plano de Manejo consolidado e seu resumo executivo, será encaminhada à Plenária do CONSEMA.

Em sendo aprovada, o Plano de Manejo será atualizado, conforme estabelece o artigo 17 do Decreto estadual nº. 60.302/2014.

A Equipe Executiva do Órgão Gestor elaborará material sintético do Plano revisto para divulgação no site da Secretaria do Meio Ambiente e do Órgão Gestor.

### QUADRO SÍNTESE DO ROTEIRO METODOLÓGICO PARA PLANOS DE MANEJO

ELABORAÇÃO					IMPLEMENTAÇÃO	AJUSTES	REVISÃO
ETAPA 1 ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO	ETAPA 2 CARACTERIZAÇÃO	ETAPA 3 ZONEAMENTO	ETAPA 4 PROGRAMAS	ETAPA 5 ANÁLISE E APROVAÇÃO			
Designação de Grupo Técnico Institucional pelo Comitê de Integração dos Planos	Organização das informações gerais da Unidade, conforme Anexo 1;	Análise integrada, ressaltando as fragilidades e potencialidades da UC	Definição dos tipos de programas para a UC	Sistematização e consolidação de todas as informações levantadas pelo órgão gestor	Detalhamento e Execução dos Programas	Identificação da necessidade de ajustes por meio do monitoramento da implementação do Plano	Identificação da necessidade de ajustes por meio do monitoramento da implementação do Plano
Elaboração do plano de trabalho com cronograma da elaboração	Levantamento de dados secundários e de pesquisas complementares relativos aos meios físico, biótico, antrópico e jurídico-institucional	Proposta do Zoneamento interno da Unidade de Conservação, incluindo as Áreas incidentes sobre as Zonas, considerando Anexo 3	Definição das ações dos programas, com base nos objetivos estabelecidos, considerando modelo de estrutura do Anexo 4	Avaliação do Grupo Técnico Institucional e encaminhamento ao Comitê de Integração	Monitoramento anual do Plano de Manejo, com análise da efetividade e compatibilidade do Zoneamento; do acompanhamento das Ações dos Programas; da atualização permanente da Caracterização da área de Estudo, conforme Anexo 5	Submissão do Órgão Gestor ao Conselho da Unidade, solicitando sua manifestação	Submissão do Órgão Gestor ao Conselho da Unidade, solicitando sua manifestação

Verificação da situação o Conselho da Unidade	Solicitação de estudos e levantamentos complementares, bem como de revisão do plano de trabalho e do cronograma de elaboração, no caso de lacunas	Proposta de perímetro da Zona de Amortecimento, quando obrigatória	Realização de Oficina participativa de discussão dos Programas de Gestão	Realização de Oficina participativa de Devolutivas e manifestação do Conselho sobre a proposta de Plano de Manejo		Encaminhamento ao Comitê de Integração	Encaminhamento ao Comitê de Integração
Levantamento de dados e informações disponíveis acerca da Área de Estudo, bem como da legislação incidente e elaboração de Mapa Base	Sistematização e consolidação das informações levantadas, conforme Anexo 2	Proposta de Setorização da Zona de Amortecimento, quando necessária	Definição dos indicadores e metas	Encaminhamento ao CONSEMA e análise da CT-BIO		Formalização dos ajustes por ato normativo competente	Constituição do Grupo Técnico Institucional pelo Comitê de Integração e Equipe Técnica pelo Órgão Gestor para elaboração da proposta
Reunião prévia entre Grupo Técnico Institucional e agentes locais, se necessário	Realização da Oficina Participativa de Discussão da Caracterização	Proposta de normas, recomendações e diretrizes para as Zonas, Áreas e Setores	Sistematização e consolidação das informações levantadas pelo órgão gestor	Análise pela Plenária do CONSEMA		Incorporação dos ajustes pelo Órgão Gestor	Realização de Oficinas participativas para apresentação, discussão e devolutivas
Elaboração de Mapa Situacional	Sistematização e consolidação das informações levantadas pelo órgão gestor	Realização da Oficina Participativa de Discussão do Zoneamento	Avaliação do Grupo Técnico Institucional e encaminhamento ao Comitê de Integração	Aprovação por Resolução ou Decreto		Divulgação do andamento dos trabalhos nos canais oficiais do Sistema Ambiental Paulista	Sistematização e consolidação das alterações pelo órgão gestor

Divulgação do andamento dos trabalhos nos canais oficiais do Sistema Ambiental Paulista	Avaliação do Grupo Técnico Institucional e encaminhamento ao Comitê de Integração	Sistematização e consolidação das informações levantadas pelo órgão gestor	Divulgação do andamento dos trabalhos nos canais oficiais do Sistema Ambiental Paulista	Divulgação do andamento dos trabalhos nos canais oficiais do Sistema Ambiental Paulista			Avaliação do Grupo Técnico Institucional e encaminhamento ao Comitê de Integração
	Divulgação do andamento dos trabalhos nos canais oficiais do Sistema Ambiental Paulista	Avaliação do Grupo Técnico Institucional e encaminhamento ao Comitê de Integração					Manifestação do Conselho sobre a proposta de revisão do Plano de Manejo
		Divulgação do andamento dos trabalhos nos canais oficiais do Sistema Ambiental Paulista					Encaminhamento ao CONSEMA e análise da CT-BIO
							Análise pela Plenária do CONSEMA
							Atualização normativa do Plano de Manejo
							Divulgação do andamento dos trabalhos nos canais oficiais do Sistema Ambiental Paulista



**ANEXO 1 – INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO****CONTATO INSTITUCIONAL****1. UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: NOME DA UC**

Código da UC	Inserir opções
Nome do Órgão Gestor	Inserir opções conforme Estado
Categoria de Manejo	Inserir opções
Bioma	Colocar opções (Mata Atlântica, Cerrado, Marinho)
Objetivos da UC	Preencher conforme diploma legal
Atributos da UC	Descrever os principais atributos protegidos
Municípios Abrangidos	Criar relação conforme lista estadual
UGRHI	Criar relação conforme lista estadual
Conselho Gestor	Indicar sua existência e caráter (deliberativo ou consultivo)
Plano de Manejo	Indicar existência
Instrumentos de Planejamento e Gestão Incidentes na UC	Indicar existência e listar
Situação quanto à conformidade ao SNUC	Descrição de desconformidades eventuais
Ações existentes de manejo e gestão	Descrição das ações e objeto, com cronograma, instituições envolvidas, campanhas (visitação, educação ambiental, pesquisa, monitoramento, fiscalização e restauração)
Recursos humanos e financeiros disponíveis.	Descrição dos recursos disponíveis
Endereço da Unidade	Dados da sede da UC
CEP	
Bairro	
UF	SP
Município	
Site da UC	

Telefone da UC				
E-mail da UC	OBS: Criar e-mail institucional para cada UC			
ACESSOS À UC				
Entradas	UF	Município	Endereço (descrição ou croqui)	Coordenadas
ATOS LEGAIS				
Instrumento legal		Identificação do instrumento, com tipo, número e data do documento (Lei/decreto/resolução nº xx/xxxx)		
Ementa		Descrição da finalidade do instrumento legal		
Instrumento de Publicação		Data da publicação (DOE, site da SMA/FF/IF/CONSEMA)		
Área da UC		Com base no diploma legal		
Memorial Descritivo		Indicar sua existência no diploma legal, sem necessidade de reproduzi-lo		
ASPECTOS FUNDIÁRIOS				
Situação fundiária da Unidade	Inserir opções (sem regularização; parcialmente regularizado; integralmente regularizado; não necessita de regularização)			
Consistência dos dados do limite da UC	Descrição quanto à correspondência do polígono ao ato legal de criação e alterações posteriores			
Percentual de área devoluta				
Percentual de área titulada	Especificar esfera de governo (União, Estado, Municípios)			
Percentual de área particular				
Percentual de área com titulação desconhecida				
Situação da área quanto à ocupação				
Percentual de demarcação dos limites				
Área da poligonal da	Com base na espacialização digital			

UC	
GESTÃO E INFRAESTRUTURA DA UC	
Edificações e estruturas	<p>Função</p> <p>Quantidade</p> <p>Acessibilidade</p> <p>Qualidade das instalações</p>
Comunicação	<p>Telefone</p> <p>Internet</p> <p>Sistema de rádio</p> <p>Sinal de telefonia celular</p> <p>Computadores (s/n e quantidade)</p>
Meio de Transporte em Operação	<p>Veículos leves</p> <p>Veículos de tração</p> <p>Veículos pesados</p> <p>Embarcação miúda</p> <p>Embarcação médio porte</p> <p>Motocicleta</p> <p>Condições de uso dos meios de transporte</p>
Energia	<p>Energia da rede</p> <p>Sistema de energia renovável</p> <p>Gerador diesel/gasolina</p> <p>Voltagem</p>
Saneamento Básico	<p>Possui banheiros</p> <p>Tipo de abastecimento de água</p> <p>Destinação do esgoto</p> <p>Destinação de resíduos</p>
Atendimento e Emergência	<p>Grupo de busca e salvamento</p> <p>Salva-vidas</p> <p>Desfibrilador</p> <p>Soro antiofídico</p> <p>Ambulância</p> <p>Ambulatório</p> <p>Kit Resgate</p> <p>Outro tipo de estrutura de emergência</p>
Recursos Humanos	<p>Regime trabalhista:</p> <p>Quantidade</p> <p>Efetivo</p> <p>Terceirizado</p> <p>Formação</p>
INFRAESTRUTURA DE APOIO AO USO PÚBLICO <i>(OBS: Inclui visitação, educa�o ambiental e pesquisa)</i>	
Portaria	<p>Horário de funcionamento, quantidade, presença de vigilância</p> <p>24h</p>

Centro de visitantes	Área, capacidade, auditório, espaço para exposição		
Sede dentro do limite da UC	Indicar sim ou não		
Guarita	Quantidade, horário de funcionamento, presença de vigilância 24h		
Hospedagem	Tipo (hotel/pousada, abrigo, alojamento, camping); Capacidade (quartos/camas/vagas/barracas/pessoas); Instalações (cozinha coletiva, banheiro coletivo, área de convivência, espaço infantil, etc.); Restrições (quem pode se hospedar); Necessidade de agendamento; Área demarcada para camping; Normas quanto os resíduos; Acessos para veículo próprio; Demais restrições		
Alimentação	Tipo (lanchonete e restaurante); Produtos comercializados, horários de funcionamento		
Sanitários	Existência e configuração (quantidade, acessibilidade)		
Lojas	Produtos comercializados, horários de funcionamento		
Estacionamento/atracadouro	Capacidade, normas		
ATRATIVOS TURÍSTICOS			
Características	ATRATIVO 1	ATRATIVO 2	ATRATIVO 3
<b>Nome do Atrativo</b>			
<b>Breve descrição do tipo de atrativo</b> (trilha, cachoeira, mirante, rio, ruínas, etc.)			
<b>Tipologia</b> (rural, ecológico, histórico, pedagógico, negócios, etc.)			
<b>Status</b> (se em funcionamento ou potencial e, neste caso, justificar)			
<b>Interesses e atividades associadas</b> (educação ambiental, pesquisa, interpretação ambiental, vivência, travessia, escalada, banho, etc.)			
<b>Situação da visita</b> (aberta, fechada, em manutenção, em estudo, inexistente)			
<b>Acessos</b> (extensão) e <b>tipo</b> (estrada asfaltada, estrada de chão, trilha, trilha para bicicletas, areia, praia, etc.)			
<b>Forma de acesso</b> (circular, linear, oito, atalho)			
<b>Grau de dificuldade</b> (alto, médio, baixo) e <b>justificativa</b> (obstáculos, declividade, extensão, exposição ao meio)			

<b>Sinalização de caminho</b> (placas, totens, setas pintadas, fita, inexistente)			
<b>Infraestrutura</b> (placas interpretativas, corrimão, ponte, corda, sanitários, deck, construção histórica, centro de visitante, lixeiras, mesa e bancos, inexistente)			
<b>Paisagem</b> (fauna, flora e ambiente natural associado, relevo, ecossistemas, diversidade natural)			
<b>Impactos associados existentes ou potenciais, positivos ou negativos</b> (compactação do solo, efeito de borda, alteração em rotas de fauna, supressão de vegetação por aceiros, desmonte do relevo para implementação, assoreamento corpos d'água, etc.)			
<b>Agendamento obrigatório</b> (sim ou não)			
<b>Condução</b> (autoguiada, monitorada, etc.)			
<b>Perfil indicado de visitante</b> (escolar, ocasional, excursionista, todos os públicos, etc.)			
<b>Característica do visitante</b> (local, regional, nacional, Mercosul, não pagantes, outros)			
<b>Acessibilidade</b> (sim, não ou parcial)			
<b>Melhor período de visita</b> (estação do ano, temporada, final de semana)			
<b>Capacidade de visitantes/dia</b>			
<b>Cadastro de visitantes:</b> sim (livro de visitantes, banco de dados) ou não			
<b>LINHAS DE PESQUISA</b>			
Temas prioritários	Identificar temas de pesquisa preferenciais		
Temas correlatos	Identificar temas possíveis		
Status	Identificar pesquisas em andamento e/ou finalizadas		

## ANEXO 2 - CONTEÚDO BASE DA CARACTERIZAÇÃO

ALVOS DA CONSERVAÇÃO	
Alvos da Conservação	Definição dos alvos da conservação (espécies fauna/flora, ambiente, processo); atributos da UC que justificaram sua criação; descrição e espacialização dos alvos
MEIO BIÓTICO	
Vegetação	
Fitofisionomia e estágio sucessional	Descrever a tipologia da vegetação da UC de acordo com o sistema fitogeográfico oficial, classificando-a conforme a legislação vigente e quanto ao grau de conservação. Verificar a existência de mapas
Ocorrências de degradação	Citar ocorrências de áreas de risco, queimadas, desmatamentos, etc.
Espécies endêmicas/ameaçadas da flora local, de acordo com listas vermelhas (SP, BR, IUCN)	Citar a ocorrência de espécies endêmicas e/ou ameaçadas, descrevendo situações em que ações específicas de manejo são necessárias.
Espécies exóticas e/ou com potencial de invasão	Citar a ocorrência de espécies exóticas e/ou com potencial de invasão, descrevendo situações em que ações específicas de manejo são necessárias
Espécies utilizadas ou com potencial para manejo florestal	Citar as ocorrências e informar sobre espécies identificadas com potencial para manejo florestal
Áreas prioritárias para conservação e conectividade	Habitats únicos, ecossistemas de referência, áreas fonte e conexão. <i>OBS: Este item possui grande relevância para as APAs.</i>
Referências bibliográficas	Especificar fontes de informação utilizadas
MEIO BIÓTICO	
Fauna	
Riqueza de fauna	Listar e descrever a riqueza faunística, localizando-a, por exemplo, em mapa de fitofisionomias quando possível
Espécies migratórias	Listar e mapear quando possível
Espécies endêmicas/raras locais	Listar e mapear quando possível
Espécies em extinção de acordo	Listar e mapear quando possível

com listas vermelhas (SP, BR, IUCN)	
Espécies exóticas/invasoras/sinantrópicas	Listar e mapear quando possível
Espécies que sofrem pressão de caça/pesca/manejo	Listar e mapear quando possível
Espécies indicadoras (de áreas conservadas e degradadas)	Listar e mapear quando possível
Referências bibliográficas	Especificar fontes de informação utilizadas
<b>MEIO FÍSICO</b>	
Geologia	Caracterização e compartimentação geológica Cavernas (quando houver)
Geomorfologia	Caracterização e compartimentação geomorfológica Declividade Hipsometria
Perigo, Vulnerabilidade e Risco	Mapeamento e análise de risco aos processos geodinâmicos: Escorregamentos e Inundações Identificação e caracterização das variáveis Perigo, vulnerabilidade e dano potencial
Clima	Classificação e caracterização climática regional Pluviosidade Temperatura Eventos extremos
Mineração	Classificação, caracterização e espacialização dos títulos minerários
Recursos hídricos subterrâneos	Caracterização dos aquíferos Demanda e disponibilidade hídrica Qualidade Exploração e uso da água subterrânea
Recursos hídricos superficiais	Mapeamento da rede hídrica Plano de Bacia Hidrográfica para o território Situação dos mananciais hídricos
Pedologia	Compartimentação e caracterização pedológica Erosão
Fragilidade	Caracterização cartográfica integrada
Referências bibliográficas	Especificar fontes de informação utilizadas
<b>MEIO ANTRÓPICO</b>	
<b>História e patrimônio</b>	
Histórico de ocupação da área de	Síntese do contexto histórico da área de estudo

estudo	(IBGE, prefeituras, outros)
Patrimônio histórico, cultural e artístico	Especificar, de acordo com diploma legal (órgão e instrumento), com catalogação IPHAN/CONDEPHAAT e visitação (aberto s/n) e tipo (antropológica, arqueológica, ruínas) (IPHAN, Condephaat)
Sítios arqueológicos	Catalogação CNSA-IPHAN e visitação (aberto s/n) (IPHAN, Condephaat)
Patrimônio imaterial	Expressões e manifestações populares (festas religiosas, música, etc.) (IPHAN, Condephaat)
Ocupação humana e populações residentes	
Descrição da ocupação	Descrever a presença de ocupação humana, qualificando-a (tradicional ou não, quantidade, condições e atividades, etc.) (órgão gestor, prefeituras, outros)
Dinâmica demográfica	
População e crescimento populacional	População por município (IBGE, Seade) População por setor censitário (IBGE) Taxa Geométrica de Crescimento Populacional Anual – TGCA (Seade) Projeção do crescimento demográfico (Seade)
Densidade demográfica	Densidade demográfica por município (IBGE, Seade) Densidade demográfica por setor censitário (IBGE)
Grau de urbanização	Taxa de urbanização (Seade) Classificação dos setores censitários por situação urbana ou rural (IBGE)
Dinâmica econômica	
Produção	Valor da produção por setor da atividade econômica (Seade – PIB, Valor Adicionado)
Empregos	Distribuição dos empregos por setor da atividade econômica (Seade – RAIS)
Atividades econômicas	Caracterização das principais atividades econômicas (Seade – RAIS, IBGE – PAM, Instituto de Pesca, prefeituras)
Finanças públicas	Receitas e despesas municipais (Seade, Secretaria da Fazenda, SMA, tribunal de contas)
Dinâmica social	
Condições de vida	Infraestrutura de saneamento dos domicílios, aglomerados subnormais, IDH-M, IPVS, IPRS (Seade, IBGE, outros)
Matriz social	Arranjos institucionais do terceiro setor, com Identificação



	dos grupos organizados/atores locais (órgão gestor, outros)
<b>Dinâmica territorial</b>	
Cobertura e uso do solo	Detalhamento da cobertura da terra e do uso do solo em escala compatível (IG – UHCT, SMA/IF, Emplasa, IBGE)
Infraestrutura linear	Estruturas existentes e projetadas de rodovias, dutovias, ferrovias, linhas de transmissão, etc. (IBGE, DER, SEE, outros)
Infraestrutura de saneamento ambiental	ETA, ETE, áreas contaminadas, aterros, transbordo, reciclagem, coleta seletiva, etc. (IBGE, prefeitura, órgão gestor)
Consumo de água e energia	Informações sobre consumo de recursos, incluindo fontes alternativas (DAEE – pontos de outorga, Seade – consumo de energia elétrica e água)
Empreendimentos e autorizações de supressão de vegetação	Empreendimentos licenciados e em processo de licenciamento (Cetesb, Ibama, prefeituras) Empreendimentos sem avaliação de impactos (Cetesb, prefeituras) Empreendimentos não licenciáveis (IP – aquicultura) Autorizações de supressão de vegetação (Cetesb, prefeituras)
Ocorrências e infrações ambientais	Incêndios florestais (CFA) Obras irregulares e atividades ilegais (SIM) Autos de infração ambiental (PAmb, CETESB) Áreas contaminadas (CETESB) Emissão de efluentes líquidos e gasosos (Cetesb – diretoria C) Acidentes com Cargas Perigosas (Cetesb e ARTESP) Atropelamento de fauna silvestre (sistema URUBU e ARTESP)
<b>JURÍDICO-INSTITUCIONAL</b>	
Instrumentos de ordenamento territorial	Identificar sobreposições e incompatibilidades nos Planos Diretores, GERCO, ZEE, Zoneamentos setoriais, outros Planos de Manejo incidentes, APM/APRM, etc.
Políticas públicas	CAR, Nascentes, Compensação Ambiental, Lei de Mananciais, Plano de Bacias, SIM e outras, com rebatimento territorial relevante;

Atenção: os mapas e tabelas extensas deverão ser inseridos no Plano como Apêndices, pois o texto da caracterização deve ser objetivo e enxuto.

### ANEXO 3 – DEFINIÇÕES, OBJETIVOS E NORMAS DAS ZONAS E ÁREAS

Os modelos apresentados a seguir trazem a estrutura do zoneamento e normas-padrão a serem adotadas conforme a categoria da Unidade de Conservação e suas realidades local e regional, servindo de referência para os trabalhos. A não adoção dessas normas, a inserção de outras não previstas nesses modelos ou a alteração dos textos apresentados é admitida quando a caracterização da Unidade, sua categoria e as demandas específicas da gestão indicarem a necessidade.

#### UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL – UCPI

#### PARQUE ESTADUAL - PE, ESTAÇÃO ECOLÓGICA – EEC E RESERVA BIOLÓGICA - REBIO

##### **OBJETIVO GERAL**

*Fazer a descrição dos objetivos gerais da UC*

##### **DO ZONEAMENTO**

*Listar as Zonas, Áreas e Setores previstos no Zoneamento, com quadro de áreas das Zonas e dos Setores (em hectares e em percentual).*

##### **NORMAS GERAIS PARA ZONEAMENTO INTERNO**

*Inserir as normas gerais*

##### **ZONEAMENTO INTERNO - TIPOLOGIA DE ZONAS**

*Redação a ser formulada no âmbito da elaboração do Plano de Manejo de cada Unidade de Conservação, indicando os dados da representação gráfica do zoneamento (escala, mapa base, número de anexo).*

##### **NOME DA ZONA**

**Definição:** Conforme roteiro.

**Descrição:** *A ser formulada no âmbito da elaboração do Plano de Manejo de cada Unidade de Conservação, descrevendo os principais atributos abrangidos pela zona.*

**Objetivo:** Conforme roteiro.

##### **Objetivos específicos:**

- Inserir conteúdo

**Atividades permitidas:**

- Inserir conteúdo

**Normas específicas:**

- Inserir conteúdo

**ZONEAMENTO INTERNO - TIPOLOGIA DE ÁREAS****NOME DA ÁREA**

**Definição:** Conforme roteiro.

**Descrição:** *A ser formulada no âmbito da elaboração do Plano de Manejo de cada Unidade de Conservação, descrevendo os principais atributos abrangidos pela área.*

**Incidência:** Conforme roteiro.

**Objetivo:** Conforme roteiro.

**Objetivos Específicos:**

- Inserir conteúdo

**Atividades permitidas:**

- Inserir conteúdo

**Normas:**

- Inserir conteúdo

**ZONA DE AMORTECIMENTO**

**Definição:** Conforme roteiro.

**Descrição:** *A ser formulada no âmbito da elaboração do Plano de Manejo de cada Unidade de Conservação, descrevendo os principais atributos abrangidos pela zona ou, quando houver setorização, por cada setor.*

**Objetivo:** Conforme roteiro.

**Objetivos específicos:**

- Inserir conteúdo

**Diretrizes e normas gerais:**

- Inserir conteúdo

**NORMA ESPECÍFICA POR SETOR**

Deverão ser inseridas normas específicas para cada Setor estabelecido para a Zona de Amortecimento, conforme necessidade.

## MONUMENTO NATURAL - MONA

### **OBJETIVO GERAL**

*Fazer a descrição dos objetivos gerais da UC*

### **DO ZONEAMENTO**

*Listar as Zonas, Áreas e Setores previstos no Zoneamento, com quadro de áreas das Zonas e dos Setores (em hectares e em percentual).*

### **NORMAS GERAIS PARA ZONEAMENTO INTERNO**

*Inserir as normas gerais*

### **ZONEAMENTO INTERNO - TIPOLOGIA DE ZONAS**

*Redação a ser formulada no âmbito da elaboração do Plano de Manejo de cada Unidade de Conservação, indicando os dados da representação gráfica do zoneamento (escala, mapa base, número de anexo).*

### **NOME DA ZONA**

**Definição:** Conforme roteiro.

**Descrição:** *A ser formulada no âmbito da elaboração do Plano de Manejo de cada Unidade de Conservação, descrevendo os principais atributos abrangidos pela zona.*

**Objetivo:** Conforme roteiro.

#### **Objetivos específicos:**

- Inserir conteúdo

#### **Atividades permitidas:**

- Inserir conteúdo

#### **Normas específicas:**

- Inserir conteúdo

## **ZONEAMENTO INTERNO - TIPOLOGIA DE ÁREAS**

### **NOME DA ÁREA**

**Definição:** Conforme roteiro.

**Descrição:** *A ser formulada no âmbito da elaboração do Plano de Manejo de cada Unidade de Conservação, descrevendo os principais atributos abrangidos pela área.*

**Incidência:** Conforme roteiro.

**Objetivo:** Conforme roteiro.

**Objetivos Específicos:**

- Inserir conteúdo

**Atividades permitidas:**

- Inserir conteúdo

**Normas:**

- Inserir conteúdo

### **ZONA DE AMORTECIMENTO**

**Definição:** Conforme roteiro.

**Descrição:** *A ser formulada no âmbito da elaboração do Plano de Manejo de cada Unidade de Conservação, descrevendo os principais atributos abrangidos pela zona ou, quando houver setorização, por cada setor.*

**Objetivo:** Conforme roteiro.

**Objetivos específicos:**

- Inserir conteúdo

**Diretrizes e normas gerais:**

- Inserir conteúdo

### **NORMA ESPECÍFICA POR SETOR**

Deverão ser inseridas normas específicas para cada Setor estabelecido para a Zona de Amortecimento, conforme necessidade.

FLORESTA ESTADUAL - FE

**OBJETIVO GERAL**

*Fazer a descrição dos objetivos gerais da UC*

**DO ZONEAMENTO**

*Listar as Zonas, Áreas e Setores previstos no Zoneamento, com quadro de áreas das Zonas e dos Setores (em hectares e em percentual).*

**NORMAS GERAIS PARA ZONEAMENTO INTERNO**

*Inserir as normas gerais*

**ZONEAMENTO INTERNO - TIPOLOGIA DE ZONAS**

*Redação a ser formulada no âmbito da elaboração do Plano de Manejo de cada Unidade de Conservação, indicando os dados da representação gráfica do zoneamento (escala, mapa base, número de anexo).*

**NOME DA ZONA**

**Definição:** Conforme roteiro.

**Descrição:** *A ser formulada no âmbito da elaboração do Plano de Manejo de cada Unidade de Conservação, descrevendo os principais atributos abrangidos pela zona.*

**Objetivo:** Conforme roteiro.

**Objetivos específicos:**

- Inserir conteúdo

**Atividades permitidas:**

- Inserir conteúdo

**Normas específicas:**

- Inserir conteúdo

**ZONEAMENTO INTERNO - TIPOLOGIA DE ÁREAS**

**NOME DA ÁREA**

**Definição:** Conforme roteiro.

**Descrição:** *A ser formulada no âmbito da elaboração do Plano de Manejo de cada Unidade de Conservação, descrevendo os principais atributos abrangidos pela área.*

**Incidência:** Conforme roteiro.

**Objetivo:** Conforme roteiro.

**Objetivos Específicos:**

- Inserir conteúdo

**Atividades permitidas:**

- Inserir conteúdo

**Normas:**

- Inserir conteúdo

### **ZONA DE AMORTECIMENTO**

**Definição:** Conforme roteiro.

**Descrição:** *A ser formulada no âmbito da elaboração do Plano de Manejo de cada Unidade de Conservação, descrevendo os principais atributos abrangidos pela zona ou, quando houver setorização, por cada setor.*

**Objetivo:** Conforme roteiro.

**Objetivos específicos:**

- Inserir conteúdo

**Diretrizes e normas gerais:**

- Inserir conteúdo

### **NORMA ESPECÍFICA POR SETOR**

Deverão ser inseridas normas específicas para cada Setor estabelecido para a Zona de Amortecimento, conforme necessidade.

## ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA

### **OBJETIVO GERAL**

*Fazer a descrição dos objetivos gerais da UC*

### **DO ZONEAMENTO**

*Listar as Zonas, Áreas e Setores previstos no Zoneamento, com quadro de áreas das Zonas e dos Setores (em hectares e em percentual).*

### **NORMAS GERAIS PARA ZONEAMENTO INTERNO**

*Inserir as normas gerais*

### **ZONEAMENTO INTERNO - TIPOLOGIA DE ZONAS**

*Redação a ser formulada no âmbito da elaboração do Plano de Manejo de cada Unidade de Conservação, indicando os dados da representação gráfica do zoneamento (escala, mapa base, número de anexo).*

### **NOME DA ZONA**

**Definição:** Conforme roteiro.

**Descrição:** *A ser formulada no âmbito da elaboração do Plano de Manejo de cada Unidade de Conservação, descrevendo os principais atributos abrangidos pela zona.*

**Objetivo:** Conforme roteiro.

#### **Objetivos específicos:**

- Inserir conteúdo

#### **Atividades permitidas:**

- Inserir conteúdo

#### **Normas específicas:**

- Inserir conteúdo

### **ZONEAMENTO INTERNO - TIPOLOGIA DE ÁREAS**

### **NOME DA ÁREA**

**Definição:** Conforme roteiro.



**Descrição:** *A ser formulada no âmbito da elaboração do Plano de Manejo de cada Unidade de Conservação, descrevendo os principais atributos abrangidos pela área.*

**Incidência:** Conforme roteiro.

**Objetivo:** Conforme roteiro.

**Objetivos Específicos:**

- Inserir conteúdo

**Atividades permitidas:**

- Inserir conteúdo

**Normas:**

- Inserir conteúdo

## ANEXO 4 – MODELO DE QUADRO DE PROGRAMAS

1 - PROGRAMA DE MANEJO E RECUPERAÇÃO													
OBJETIVO DO PROGRAMA: Assegurar a conservação da diversidade biológica e as funções dos ecossistemas (aquáticos ou terrestres), por meio de ações de recuperação ambiental e manejo sustentável dos recursos naturais.													
OBJETIVO ESTRATÉGICO		METAS			INDICADORES	CONDICIONANTES							
xxx		M.1	xxx			I.1 xxx	C.1 xxx						
		M.2	xxx			I.2 xxx	C.2. xxx						
		M.3	xxx										
AÇÕES		ATIVIDADES			CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES	RESPONSABILIDADES E PARCERIAS	CRONOGRAMA (ANOS)						
									1	2	3	4	5
1	xxx	1.1	xxx			Estratégia de gestão	xxx						
		1.2	xxx			Estratégia de gestão	xxx						
		1.3	xxx			Estratégia de gestão	xxx						
		1.4	xxx			Estratégia de gestão	xxx						
		1.5	xxx			Estratégia de gestão	xxx						
		1.6	xxx			Estratégia de gestão	xxx						
2	xxx	2.1	xxx			Estratégia de gestão	xxx						
		2.2	xxx			Estratégia de gestão	xxx						
		2.4	xxx			Articulação interinstitucional	xxx						

## ANEXO 5 - RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DO PLANO

<b>Nome da UC</b>	
<b>Órgão Gestor</b>	
<b>Ato Normativo de aprovação do Plano</b>	
<b>Revisões anteriores</b>	Especificar os pontos revisados, os motivos que ensejaram a revisão e os impactos decorrentes de tal revisão
<b>Ajustes realizados</b>	Especificar os ajustes, os motivos que os ensejaram e os impactos decorrentes de tais ajustes
<b>Exposição dos Programas, seus objetivos e ações/atividades, informando a situação quanto à execução</b>	
<b>Síntese dos resultados alcançados no período, demonstrando a perspectiva de ser atingido o objetivo estratégico para cada Programa</b>	
<b>Resumo do Plano de Fiscalização para a Unidade</b>	Inserir resumo conciso, com foco nos problemas identificados pela gestão
<b>Novas informações sobre a Unidade e seu entorno, decorrentes de pesquisas ou estudos, que sejam de relevância para gestão do respectivo território</b>	Inserir informações relevantes que possam ser úteis para a gestão ou para reavaliação do zoneamento da Unidade
<b>Informações de novos instrumentos incidentes sobre a Unidade e seu entorno, especialmente os normativos, além de programas e projetos públicos ou privados</b>	Inserir informações sobre instrumentos que tenham impacto no território da UC e seu entorno
<b>Desafios verificados no período para implementação do Plano</b>	Inserir informações relacionadas aos desafios de gestão e de execução dos Programas
<b>Inquérito Civil ou Ação Judicial existente relacionada à implementação do Plano</b>	Especificar objeto, número de demandas e respostas encaminhadas
<b>Observações Finais</b>	Inserir demais informações importantes que o Órgão Gestor julgar importantes para análise pelo Comitê de Integração dos Planos de Manejo

### **Coordenação**

Eduardo Trani - **Secretário de Estado do Meio Ambiente**

### **Elaboração - Comitê de Integração dos Planos de Manejo**

Alexsander Zamorano Antunes  
Ana Cristina Pasini da Costa  
Beatriz Truffi Alves  
Carolina Born Toffoli  
Cristina Maria do Amaral Azevedo  
Fernanda Lemes Santana  
Gil Scatena  
Iracy Xavier  
Lie Shitara Schutzer  
Lucia Bastos Ribeiro de Sena  
Marcio Rossi  
Maria de Fátima Scaf  
Marina Eduarte Pereira  
Ramon Sanfins Freire  
Renato Tavares  
Rodrigo Machado  
Rodrigo Victor  
Rogério Rodrigues Ribeiro  
Simone Mendes de Oliveira do Amaral  
Valéria Augusta Garcia

### **Grupo de Apoio**

José Ronal Moura de Santa Inez  
Lucia Sousa e Silva  
Natália Macedo Ivanauskas  
Natalia Micossi da Cruz